

ASSENTAMENTO BANCO DA TERRA: DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO, DA PRODUÇÃO E ORIENTAÇÕES PARA OS AGRICULTORES.

Pedro Lucas Mariano da Silva Ribeiro¹

Ronaldo Wilson de Godoi²

Henrique Carmona Duval³

Ricardo Serra Borsatto⁴

INTRODUÇÃO

A presente proposta parte do interesse em investigar as diversas experiências de organização social por meio de políticas públicas que tenham por princípio o território e as identidades sociais, procurando dimensionar seus impactos sociais e econômicos. Especificamente, o projeto tem o intuito de realizar uma pesquisa sobre o assentamento Banco da Terra, situado em Angatuba-SP, criado a partir do financiamento do programa Banco da Terra.

O assentamento teve início no ano 2000, e conta com 20 famílias. Diante da grande carência em termos de informação e orientações técnicas aos produtores, que ocasionam uma grande dificuldade em termos de desenvolvimento para as famílias assentadas, o projeto propõe realizar uma investigação acerca dos sistemas organizativos e produtivos, com a intenção de conhecer a realidade territorial onde está instalado, sobretudo na perspectiva de diagnosticar possíveis melhorias aos processos de organização e produção.

Tendo em vista que a demanda por terra nesta região (Sudoeste Paulista) é presente em várias gerações e por pessoas que em algum momento vivenciaram um contato com área rural, que tiveram o interesse em voltar a viver e trabalhar no campo. Neste sentido, o assentamento Banco da Terra em Angatuba pode ser um espaço para a recuperação de um *habitus* camponês por parte desses grupos rurais. No entanto, a volta à terra e a novas relações de produção no campo passam pela incorporação de novos conhecimentos e capacidades por parte dos produtores, bem como pela articulação com outros agentes sociais presentes no território.

As principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores residente do assentamento banco da terra são nas questões de orientações de especialista e assistência técnica em diversas culturas e também na comercialização de seus produtos. O difícil acesso aos mercados geralmente incide na baixa renda das famílias. O presente projeto pretende mapear os diferentes mercados que as famílias assentadas participam, bem como prospectar novos mercados, como os programas de compras públicas e institucionais.

Projetos e associativismo em assentamento Banco da Terra

¹ Discente em Administração, Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos (CCN/UFSCar).

² Discente em Administração, Centro de Ciência da Natureza da Universidade federal de São Carlos (CCN/UFSCar).

³ Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp, Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos (CCN/UFSCar).

⁴ Doutor em Engenharia Agrícola, na Feagri/ Unicamp, Professor Adjunto do Centro de Ciências da Natureza (CCN/ UFSCar).

Como exemplo das dificuldades enfrentadas no âmbito da organização, da produção, da assistência técnica e da comercialização, cita-se a existência de um projeto voltado à fruticultura por meio do programa PIF (Produção Integrada de Fruta), um sistema de produção que prioriza princípios básicos da sustentabilidade pela aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismo para a substituição de insumos poluentes, utilizando instrumentos de monitoramento dos procedimentos e rastreabilidade economicamente viável ambientalmente e corretamente justo. Coordenado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), que faz um aporte técnico aos fruticultores para iniciar a gestão de organização do grupo, o objetivo do programa é a transferência de conhecimentos técnicos e introduzir normatizações técnicas da PIF na produção de maracujá, visando aumentar a renda e agregar valor ao produto.

No entanto, Nogueira, Mello, Sannazzaro e Rolim (2007), analisando esse programa, observam que os resultados obtidos não tiveram o êxito esperado por motivos financeiros e principalmente na questão do financiamento da produção. Os autores detectaram falhas daqueles que poderiam ser os multiplicadores, como os agrônomos e técnicos agrícolas municipais, mas que não desenvolveram seu papel de apoio ao assentamento, pois os agricultores envolvidos necessitavam de acompanhamento sistemático e interrupto em termos de monitoramento e orientações. Além disso, com relação à abertura de mercados para a fruticultura.

Além de projetos específicos, como a fruticultura, as experiências de organização formal em cooperativas ou associações também é uma dificuldade nos assentamentos (SCOPINHO, 2012). São essas dificuldades que deverão ser melhor analisadas no presente projeto. A literatura aponta que a questão da participação permanece um desafio grande para a continuidade das organizações formais, seja por seus objetivos meramente econômicos – a organização apenas em função do aumento da escala, acesso a insumos e maquinário – ou pela falta de transparência e conflito de objetivos entre a direção e base dessas organizações (DUVAL, 2015).

Neste contexto, uma especificidade deste assentamento é que se trata de uma experiência de Banco da Terra, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, que promove o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Este programa oferece a oportunidade e condições para que os trabalhadores rurais sem terra possam ter um imóvel rural por meio de financiamento, e não pelo processo de ocupação e conquista que ocorre normalmente em um assentamento (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017). A compra da terra acontece coletivamente e para isto acontecer é necessária à formação de uma associação. Esta será a principal categoria de análise do projeto, ou seja, a organização que tornou possível às famílias tomarem o financiamento para constituir o assentamento.

Algumas hipóteses da pesquisa são que esta forma de organização formal em função do crédito fundiário tem uma funcionalidade restrita para a aquisição da terra, mas no contexto do assentamento ela enfrenta outros desafios na esfera da organização produtiva. E também que o recurso do crédito fundiário deveria ser usado na instalação de infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural, mas não necessariamente atende aos interesses e anseios da agricultura familiar ali instalada. A partir dessas hipóteses, o projeto pretende investigar e compreender essas especificidades de assentamentos criados a partir do PNCF, sobretudo com relação à organização das famílias na decisão pela aquisição das terras e nas suas organizações formais. Por outro lado, também pretende-se realizar uma análise crítica dessa política, conhecida como reforma agrária de mercado, a partir de levantamento bibliográfico que

especifique suas diferenças em relação aos assentamentos criados por meio dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) (SAUER, PEREIRA, 2006).

Os programas sociais de reforma agrária de mercado, fortemente recomendados pelos organismos internacionais como o Banco Mundial, na década de 1990 a 2000, para responder às condicionalidades instituídas para o pagamento da dívida externa dos países periféricos e semiperiféricos, reforçando a condição dependente de subordinação econômica arraigada da América Latina aos países centrais.

A Reforma Agrária de Mercado, ganhou diferentes configurações nos respectivos governos de Fernando Henrique Cardoso, e após com o Partido dos Trabalhadores (PT), mas mantém o objetivo comum a compra da terra pelo trabalhador, via de regra com a intermediação dos bancos e não o seu acesso por meio da desapropriação. A experiência do Brasil com a reforma agrária de mercado se consolidou nos programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Segundo (ROSSET, 2004, p.17) o Banco Mundial deu maior prioridade à questão agrária em sua política nos últimos anos, devido a três razões: a primeira diz respeito aos estudos comparativos entre países, realizado por seus economistas, que evidenciavam que a distribuição muito desigual da terra retardava as taxas de crescimento. A segunda refere-se ao pouco investimento privado nas áreas rurais da América Latina, África e Ásia. E a terceira motivação, a qual o autor considera a mais retórica e questionável compreendida a redução da pobreza.

Entretanto a partir das diretrizes do Consenso de Washington (1989) que o Banco Mundial referia-se à questão agrária, propunha que o Brasil a dinamização do mercado de terras como um mecanismo para reduzir a pobreza.

O processo no Brasil foi no período do governo de Fernando Henrique Cardoso que obteve-se maior índice de violência registrado contra os trabalhadores rurais sem terra. Em 1996 ocorreu o maior número de assassinatos com 54, mas com destaque crucial foi o Massacre de Eldorados dos Carajás, que pertence ao estado do Pará, que 21 trabalhadores sem terras foram brutalmente assassinados em uma ação da polícia. Esses foram os cenários de lutas pelas terras no Brasil.

Relacionado aos Assentamentos do Programa Banco da Terra ou Fundo de Terras criado por lei complementar nº 93 em 4 de fevereiro de 1998 e o crédito fundiário de combate à pobreza rural (CFCPR) criado em 2001 que integram a experiência brasileira com as políticas de reforma agrária de mercado, através do financiamento do Banco Mundial e Banco Interamericano para a reconstrução e desenvolvimento.

O programa Banco da Terra ou Fundo de Terra, diferentemente da cédula da terra e crédito fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), não se constitui apenas como um programa governamental como uma política de estado, de caráter permanente. Onde o programa Banco da Terra permitia o financiamento para grupos de pessoas que se juntavam e montavam associações, mas também de indivíduos, o limite do financiamento de até R\$ 40.000,00 por beneficiário.

POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS

Os sem terras se realocaram na reforma agrária, entre 1979 e 1984 e aglutinavam – se ocupações de latifúndios improdutivos pelos trabalhadores rurais sem terras, as ocupações como a estratégia de territorialização da luta pela terra o que chamamos de reforma agrária. Em 1984, ocorreu na cidade de Cascavel-PR, o I Encontro Nacional dos

Sem-Terra, marco do que após o encontro construíram-se o movimento dos Trabalhadores sem –terra (MST) um dos maiores movimentos de trabalhadores rurais da América Latina.

No governo de José Sarney em 1986, foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o processo foi conflituoso devido as forças conservadoras de contrarreforma, com destaque para a União Democrática Ruralista (UDR) que reagiu por meio da força a fim de resistir o projeto.

A reforma agrária, conforme prevista na constituição de 1988, nunca foi executada por nenhum governo no Brasil, o que obteve-se até o seguinte momento correspondeu a política de assentamento, os quais só foram implementados mediante lutas e ocupações dos movimentos sociais. Todas as tentativas de reforma, ainda dentro dos marcos do desenvolvimento capitalista sempre foram interrompidos pelo poder político das classes dominantes, barrados a pôr repressivo público (polícia) e / privado, pela política e ideologia.

Alguns avanços de governo que propiciaram por meio de programas de políticas públicas, que alavancaram para os avanços e também como ferramenta de instrumentos para o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos.

OBJETIVOS

O objetivo principal desse estudo é mapear a diversificação da produção e também as estruturas de organização formal e informal das famílias do assentamento Banco da Terra em Angatuba/SP.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Estudar o espaço social do assentamento, as famílias que o habitam, identificando os motivos que as fizeram ter o interesse de trabalhar no campo e a pagar pela terra, bem como as formas de organização delas para atingir esse objetivo;
- Investigar as relações entre as famílias assentadas e, especialmente, no âmbito da associação dos produtores;
- Investigar os sistemas produtivos das famílias em seus lotes, nos aspectos da organização, da produção e da comercialização;
- Verificar como é obtida a assistência técnica por parte dos agricultores familiares, em contraposição ao discurso dos órgãos responsáveis;
- Realizar levantamento bibliográfico com o intuito de levantar especificidades quanto à organização social em assentamentos da reforma agrária e assentamentos do PNCF.

METODOLOGIA

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre reforma agrária e assentamentos rurais, sobretudo aqueles criados pelo programa Banco da Terra, explorando as diferenças para assentamentos formados por meio da luta pela terra. A pesquisa de campo será realizada por meio de técnicas de pesquisa como idas a campo, tendo um contato direto com as famílias do assentamento Banco da Terra em Angatuba-SP, nas quais serão aplicados questionários semiestruturados e realizados registros em diários de campo e fotográficos. As informações obtidas por meio do questionário serão tabuladas e analisadas qualitativamente e quantitativamente.

Serão abordadas as questões de organização em momentos anteriores a compra da terra e posteriores na organização e produção das famílias no assentamento. Com isso,

pretende-se atender a hipótese de que a organização social tem uma tendência à desarticulação, sobretudo em contextos de assentamentos sem projetos de desenvolvimento e com baixo acesso à assistência técnica.

Propõe-se ainda a participação em reuniões com responsáveis da associação e os associados, investigando-se a participação das famílias nas tomadas de decisões. Até o momento foram feitas duas idas a campo nas quais visitamos a sede da associação e o lote de seu presidente e outros dois vizinhos. Ao final, pretende-se realizar uma reunião devolutiva junto aos agricultores, para se passar informações levantadas pela pesquisa.

FORMA DE ANÁLISE DE RESULTADOS

O projeto visa gerar conhecimento sobre a construção histórica do assentamento, sobre a trajetória das famílias assentadas, diagnosticar os principais sistemas produtivos, organizações formais (cooperativa e associação) e informais (grupos de parentesco e vizinhança), buscando avaliar os entraves e as perspectivas de gestão para os pequenos agricultores da agricultura familiar neste assentamento. Igualmente, pretende-se obter conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Sudoeste Paulista, sobretudo tratando de um assentamento rural e suas relações com os agentes sociais do território.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

No processo de pesquisa tendo como base o Objetivos do projeto, onde em uma segunda visita ao assentamento Banco da terra em Angatuba-Sp. Analisando uma foto do cenário passado e comparando alguns dados podemos observar que na comercialização os agricultores enfrentam ainda grandes dificuldades com a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sem o programa, os produtores tiveram que vender seus produtos de forma isolada para atravessadores particulares no município de Angatuba, que impactou negativamente na renda das famílias. A questão da regularização da terra está um processo burocrático, segundo o presidente da associação as informações que as famílias têm que ainda até o final do ano de 2018 devem começar a pagar a hipoteca. O que tem causado desespero às famílias, ainda mais no contexto sem PAA.

Outra avaliação preliminar em relação à organização social da famílias assentadas tem impacto negativo, na qual não existe uma relação de cooperação entre os indivíduos e famílias que não participam na organização, apenas o presidente da associação que busca recursos para o assentamento. Segundo o presidente, as pessoas se envolvem no processo como parte de interesse que beneficia-se a si mesmo, o que dificulta é a falta de cooperação das pessoas que poderiam ajudar a fortalecer a organização e principalmente os meios de comercialização. Para os próximos momentos da pesquisa, ainda falta realizar uma pesquisa de campo com outros associados assentados para se analisar a participação e como isso se relaciona com o desenvolvimento deste assentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Andrade, A.K. **Reforma Agraria de Mercado: entre a mercantilização da terra e a focalização na pobreza rural. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado-Serviço Social)**. Universidade Estadual Paulista Faculdade de ciência humanas e sociais 2017

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DUVAL, H.C. **Bens Materiais e Simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

NOGUEIRA, E.A.; MELLO, N.T.C de; SANNAZZARO, A.M.; ROLIM, P.R.G. O papel das Políticas Públicas Para o (IN) Sucesso dos Assentamentos Rurais: o caso de Angatuba, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.37, n.8, p.7-13, ago/2007.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. (Orgs.) **Capturando a Terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Crédito Fundiário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>. Acesso em 17/03/2017.

SCOPINHO, R.A. **Processo Organizativo de Assentamentos Rurais**. Trabalho, condições de vida e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2012.